

ANO III - EDIÇÃO Nº 656 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 18 de dezembro de 2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1009/2018

Republicada para correção

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e o estabelecido no artigo 7º, §3º e §5º, da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e alterações, acerca dos cargos e funções de confiança na estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores dos respectivos cargos comissionados e das funções de confiança, a partir de 14 de dezembro de 2018, conforme a seguir:

CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ACESSORAMENTO			
MAT.	NOME	SÍMBOLO/NÍVEL	CARGO
75207	UILTON DA SILVA BORGES	-	Diretor-Geral
4191	MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA	DAM 7	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
152618	DIOGO VIANA BARBOSA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
152518	JORAMA LEOBAS DE CASTRO ANTUNES	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
127715	KAMILLE RENATA DA SILVA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
74407	LUCIELLE LIMA NEGRY XAVIER	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
118212	VANUJCE MORAES BORGES	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
85308	ALICE MACEDO CORDEIRO BORGES	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
122113	JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JÚNIOR	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
7218061	FELIX FRANCISCO DOS SANTOS NETO	DAM 7	Assessor Militar
74907	EMANUELLA SALES SOUSA OLIVEIRA	DAM 7	Diretor de Expediente
13093	NILOMAR DOS SANTOS FARIAS	DAM 7	Diretor de Inteligência
75407	LUIZ CARLOS ALVES LIMA SOBRINHO	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
81907	STEFÂNIA VALADARES TEIXEIRA CORREIA	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
69807	MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA	DAM 7	Chefe de Departamento
92808	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
73707	MARCOS CONCEIÇÃO DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
69507	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	DAM 7	Chefe de Departamento
22999	HUAN CARLOS BORGES TAVARES	DAM 7	Chefe de Departamento
119813	RICARDO AZEVEDO ROCHA	DAM 7	Presidente Comissão Permanente de Licitação
8542180	EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES	DAM 7	Chefe da Controladoria Interna
20599	MÔNICA CRISTINA DO CARMO FARIAS	DAM 6	Chefe da Assessoria de Cerimonial
109110	ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS	DAM 6	Chefe da Assessoria de Comunicação
4058	SHIRLEY CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	DAM 6	Chefe de Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
66307	ANDERSON YUJI FURUKAWA	DAM 6	Chefe de Secretaria do Colégio de Procuradores
96409	GEILZA MARIA DE ARAÚJO RESPLANDE NOLETO	DAM 6	Chefe de Cartório
59705	MARIA DAS NEVES MENEZES DE SOUZA	DAM 6	Chefe de Cartório
1029347	ANELIZE DALCIN MIOTTO CORREIA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
69207	WILLIAM LEMES GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
79507	ARNALDO HENRIQUES DA COSTA NETO	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
151518	DANIEL THOMA ISOMURA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
122313	LUIZ EDUARDO BORGES MILHOMEM	DAM 5	Assessor Técnico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
900019	GERALDO DA SILVA GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAF
143517	JOSÉ KASUO OTSUKA	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAF
131216	HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA
69607	GUILHERME SILVA BEZERRA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Redes e Segurança
46403	AGNEL ROSA DOS SANTOS POVOA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Suporte Técnico
65507	LEONARDO SANTOS DA MATA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Adm. de Banco de Dados
94008	RODRIGO PINHEIRO MATIAS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Engenharia de Sistemas
94109	GUSTAVO DETTENBORN	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Segurança de Sistemas
98410	TONY KAMILLO BORGES REIS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Webmaster
11182555-1	RAIENE ELEN PONTES DE SOUSA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Computação Forense
120513	ALBERTO NERI DE MELO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
11235900-1	TÂNIA DE FÁTIMA ROCHA VASCONCELOS	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
107910	RENATO ALVES DO COUTO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
98610	FREDERICO FERREIRA FROTA	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
68907	VICENTE OLIVEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
96109	PATRÍCIA DE OLIVEIRA CABRAL	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
106410	ELIAS FONSECA DE OLIVEIRA	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional

82707	ALLINE FRANÇA MOTTA	DAM 4	Encarregado de Área
128315	ALINNY ANGÉLICA GUIMARÃES DIAS	DAM 4	Encarregado de Área
143217	BRUNO CASSIANO DA SILVA	DAM 2	Encarregado de Área
8321108	DENISE SOARES DIAS	DAM 4	Encarregado de Área
83808	ELIZÂNGELA RODRIGUES RIBEIRO	DAM 4	Encarregado de Área
19498	FABIANA OLIVEIRA DOS SANTOS	DAM 4	Encarregado de Área
79407	HEBER RICARDO DA CRUZ ALMEIDA	DAM 4	Encarregado de Área
87508	HÍTALO SILVA BASTOS	DAM 4	Encarregado de Área
21699	IRACEMA ALVES BRITO	DAM 4	Encarregado de Área
31393	IRADIAN PEREIRA DE OLIVEIRA MORAIS	DAM 4	Encarregado de Área
2920361	IVA NEIDE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	DAM 4	Encarregado de Área
102710	JADSON MARTINS BISPO	DAM 4	Encarregado de Área
86108	JALSON PEREIRA DE SOUSA	DAM 4	Encarregado de Área
106210	JAILSON PINHEIRO DA SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
121413	JOÃO LINO CAVALCANTE NETO	DAM 4	Encarregado de Área
154018	LAIANE CARDOSO QUEIROZ	DAM 4	Encarregado de Área
151418	LUCIELE FERREIRA MARCHEZAN	DAM 4	Encarregado de Área
81207	MARIA HELENA LIMA PEREIRA NEVES	DAM 4	Encarregado de Área
8767611	NATALIA AZEVEDO BARBOSA	DAM 4	Encarregado de Área
96509	NATALIA FERNANDES MACHADO NASCIMENTO	DAM 4	Encarregado de Área
83908	NEILA SOARES DE CARVALHO SILVA ROCHA	DAM 4	Encarregado de Área
44103	POLLYANNA FERREIRA E SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
74207	PRISCILA ROCHA DE ARAÚJO JUÇÁ	DAM 4	Encarregado de Área
31301	PROTÁZIO NERY FIGUEIREDO	DAM 4	Encarregado de Área
68507	ROBERTA BARBOSA DA SILVA GIACOMINI	DAM 4	Encarregado de Área
9891	RUTH VIRGÍNIO VELOSO	DAM 4	Encarregado de Área
152718	SÂMIA DE OLIVEIRA HOLANDA	DAM 4	Encarregado de Área
89808	TEREZINHA DAS GRAÇAS FREITAS DE SOUSA	DAM 4	Encarregado de Área
110411	RAIMUNDA BEZERRA AMORIM	DAM 4	Secretário de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
106810	FERNANDO ANTÔNIO GARIBALDI FILHO	DAM 4	Secretário do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento
66207	ALLANE THASSIA TENÓRIO	DAM 4	Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
110511	MARIA HELENA ROCHA SIQUEIRA	DAM 4	Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça
8573468	ADRIANA BRAGA DOS SANTOS OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
131016	ALINE RIBEIRO MAGNO	DAM 2	Auxiliar Técnico
131116	ALYNE SOARES DA PAIXÃO	DAM 2	Auxiliar Técnico
141216	AMANDA ALVES TOLEDO DOS SANTOS	DAM 2	Auxiliar Técnico
141316	BRUNA BARBOSA CASTRO	DAM 2	Auxiliar Técnico
142516	CASSIO BRUNO SÁ DE SOUZA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132416	CÍCERO THIAGO COELHO DE ARAÚJO	DAM 2	Auxiliar Técnico
153218	DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
152118	EDIKARLOS WILLIAM ALVES TEIXEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
133416	EDUARDO COELHO FACUNDES	DAM 2	Auxiliar Técnico
131416	ÉRICA JACKELINE MAIONE MOREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
143417	GABRIELA LEBER DE MACEDO	DAM 2	Auxiliar Técnico
139116	ILMA RIBEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140416	INGRID ALVES CORREIA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141016	ISABELLA ATAB THAME	DAM 2	Auxiliar Técnico
137716	JAMILLA PÉGO OLIVEIRA SÁ	DAM 2	Auxiliar Técnico
154118	JECIANY MENDES SARAIVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140716	JORGAM DE OLIVEIRA SOARES	DAM 2	Auxiliar Técnico
156918	JOVENI DE MELO MORAIS	DAM 2	Auxiliar Técnico
155118	LAYLLA FERNANDA LOPES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
153118	LETICIA SOUSA MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
143317	LIDEVANIA ROSA NASCIMENTO DUARTE	DAM 2	Auxiliar Técnico
131816	LUCAS LIMA DE CASTRO FERREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141416	MARIA CLAUDIA BORGES MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
131916	MARILLYA CUNHA DE ALENÇAR	DAM 2	Auxiliar Técnico
96009	MERCIA HELENA MARINHO DE MELO	DAM 2	Auxiliar Técnico
147217	NATALY QUEJEN DE SOUSA MARINHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
156118	NICOLAS MENEZES ROCHA	DAM 2	Auxiliar Técnico
151618	PAULO VITOR NUNES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
149718	PEDRO VICTOR DE OLIVEIRA EVARISTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132116	RAFAEL MADUREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132216	REJANNE FONSECA CABRAL	DAM 2	Auxiliar Técnico
130816	RODRIGO VENDRAMINI GONÇALVES	DAM 2	Auxiliar Técnico
146417	SAMIA JOICE MURIBEGA BARROCA	DAM 2	Auxiliar Técnico
146317	THAISE RIBEIRO DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140916	TAUJANNY CRISTYNA SILVA DUTRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132316	THAIS MARTINS DE OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
724	VANDA PEREIRA DO NASCIMENTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132516	VILLY GUIMARÃES COSTA BORGES	DAM 2	Auxiliar Técnico
142717	YVES MICHEL BECKMAN DE CARVALHO	DAM 2	Auxiliar Técnico

FUNÇÕES DE CONFIANÇA			
MAT.	NOME	SÍMBOLO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA
100410	CESAR DE AMORIM RODRIGUES	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
116512	FLÁVIO LÚCIO HERCULANO	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
82407	LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
94909	MYCHELLA ELENA ANDRADE DE SOUZA	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
125014	JOHN KENED BRAGA	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
8841617	RAQUEL DA COSTA PIRES SARAIVA	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
119713	SUIJANA CHAGAS BARRETO	FC 4	Assistente de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Chefe de Gabinete da P.G.J.

THAÍS CAIRO SOUZA LOPES
Promotora de Justiça Assessora do P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Corregedor-Geral

BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Membro

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Coordenadora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 1010/2018

Republicada para correção

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e o estabelecido na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e alterações, acerca dos cargos e funções de confiança na estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores dos respectivos cargos comissionados e das funções de confiança, a partir de 14 de dezembro de 2018, conforme a seguir:

CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ACESSORAMENTO			
MAT.	NOME	SÍMBOLO/ NÍVEL	CARGO
75207	UILITON DA SILVA BORGES	-	Diretor-Geral
4191	MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA	DAM 7	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
152618	DIOGO VIANA BARBOSA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
152518	JORAMA LEOBAS DE CASTRO ANTUNES	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
127715	KAMILLE RENATA DA SILVA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
74407	LUCIELLE LIMA NEGRY XAVIER	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
118212	VANUICE MOREIRA BORGES	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
85308	ALICE MACEDO CORDEIRO BORGES	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
122113	JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JÚNIOR	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
7218061	FÉLIX FRANCISCO DOS SANTOS NETO	DAM 7	Assessor Militar
74907	EMANUELLA SALES SOUSA OLIVEIRA	DAM 7	Diretor de Expediente
13093	NILOMAR DOS SANTOS FARIAS	DAM 7	Diretor de Inteligência
75407	LUIZ CARLOS ALVES LIMA SOBRINHO	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
81907	STEFÂNIA VALADARES TEIXEIRA CORREIA	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
69807	MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA	DAM 7	Chefe de Departamento
92808	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
73707	MARCOS CONCEIÇÃO DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
69507	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	DAM 7	Chefe de Departamento
22999	HUAN CARLOS BORGES TAVARES	DAM 7	Chefe de Departamento
119813	RICARDO AZEVEDO ROCHA	DAM 7	Presidente Comissão Permanente de Licitação
8542180	EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES	DAM 7	Chefe da Controladoria Interna
20599	MÔNICA CRISTINA DO CARMO FARIAS	DAM 6	Chefe da Assessoria de Cerimonial
109110	ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS	DAM 6	Chefe da Assessoria de Comunicação
4058	SHIRLEY CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	DAM 6	Chefe de Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
66307	ANDERSON YUJI FURUKAWA	DAM 6	Chefe de Secretaria do Colégio de Procuradores
96409	GEILZA MARIA DE ARAÚJO RESPLANDE NOLETO	DAM 6	Chefe de Cartório
59705	MARIA DAS NEVES MENEZES DE SOUZA	DAM 6	Chefe de Cartório
1029347	ANELIZE DALCIN MIOTTO CORREIA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
68207	WILLIAM LEMES GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
79507	ARNALDO HENRIQUES DA COSTA NETO	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
151518	DANIEL THOMA ISOMURA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
122313	LUIS EDUARDO BORGES MILHOMEM	DAM 5	Assessor Técnico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
900019	GERALDO DA SILVA GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAF
143517	JOSÉ KASUO OTSUKA	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAF
131216	HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA
69607	GUILHERME SILVA BEZERRA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Redes e Segurança
46403	AGNEL ROSA DOS SANTOS POVOA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Suporte Técnico
65507	LEONARDO SANTOS DA MATA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Adm. de Banco de Dados
94008	RODRIGO PINHEIRO MATIAS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Engenharia de Sistemas
94109	GUSTAVO DETTENBORN	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Segurança de Sistemas
98410	TONY KAMILLO BORGES REIS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Webmaster
11182555-1	RAIENE ELEN PONTES DE SOUSA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Computação Forense
120513	ALBERTO NERI DE MELO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
11235900-1	THANIA DE FÁTIMA ROCHA VASCONCELOS	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
107910	RENATO ALVES DO COUTO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
98610	FREDERICO FERREIRA FROTA	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
68907	VICENTE OLIVEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
96109	PATRÍCIA DE OLIVEIRA CABRAL	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
106410	ELIAS FONSECA DE OLIVEIRA	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
82707	ALLINE FRANÇA MOTTA	DAM 4	Encarregado de Área
128315	ALINNY ANGÉLICA GUIMARÃES DIAS	DAM 4	Encarregado de Área
143217	BRUNO CASSIANO DA SILVA	DAM 2	Encarregado de Área
8321108	DENISE SOARES DIAS	DAM 4	Encarregado de Área
83808	ELIZÂNGELA RODRIGUES RIBEIRO	DAM 4	Encarregado de Área
19498	FABIANA OLIVEIRA DOS SANTOS	DAM 4	Encarregado de Área
79407	HEBER RICARDO DA CRUZ ALMEIDA	DAM 4	Encarregado de Área
87508	HÍTALO SILVA BASTOS	DAM 4	Encarregado de Área
21699	IRACEMA ALVES BRITO	DAM 4	Encarregado de Área
31393	IRADIAN PEREIRA DE OLIVEIRA MORAIS	DAM 4	Encarregado de Área
2920361	IVA NEIDE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	DAM 4	Encarregado de Área
102710	JADSON MARTINS BISPO	DAM 4	Encarregado de Área
86108	JALSON PEREIRA DE SOUSA	DAM 4	Encarregado de Área
106210	JAILSON PINHEIRO DA SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
121413	JOÃO LINO CAVALCANTE NETO	DAM 4	Encarregado de Área
154018	LAIANE CARDOSO QUEIROZ	DAM 4	Encarregado de Área
151418	LUCIELE FERREIRA MARCHEZAN	DAM 4	Encarregado de Área
81207	MARIÁ HELENÁ LIMA PEREIRA NEVES	DAM 4	Encarregado de Área
8767811	NATALIA AZEVEDO BARBOSA	DAM 4	Encarregado de Área
96509	NATALIA FERMANDES MACHADO NASCIMENTO	DAM 4	Encarregado de Área
83908	NEILA SOARES DE CARVALHO SILVA ROCHA	DAM 4	Encarregado de Área
44103	POLLYANNA FERREIRA E SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
74207	PRISCILA ROCHA DE ARAÚJO JUCA	DAM 4	Encarregado de Área
31301	PROTÁZIO NERY FIGUEIREDO	DAM 4	Encarregado de Área
68507	ROBERTA BARBOSA DA SILVA GIACOMINI	DAM 4	Encarregado de Área

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

9891	RUTH VIRGINIO VELOSO	DAM 4	Encarregado de Área
152718	SÂMIA DE OLIVEIRA HOLANDA	DAM 4	Encarregado de Área
89808	TEREZINHA DAS GRAÇAS FREITAS DE SOUSA	DAM 4	Encarregado de Área
110411	RAIMUNDA BEZERRA AMORIM	DAM 4	Secretário de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
106810	FERNANDO ANTÔNIO GARIBALDI FILHO	DAM 4	Secretário do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento
86207	ALLANE THASSIA TENÓRIO	DAM 4	Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
110511	MARIA HELENA ROCHA SIQUEIRA	DAM 4	Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça
8573468	ADRIANA BRAGA DOS SANTOS OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
131016	ALINE RIBEIRO MAGNO	DAM 2	Auxiliar Técnico
131116	ALYNE SOARES DA PAIXÃO	DAM 2	Auxiliar Técnico
141216	AMANDA ALVES TOLEDO DOS SANTOS	DAM 2	Auxiliar Técnico
141316	BRUNA BARBOSA CASTRO	DAM 2	Auxiliar Técnico
142516	CÁSSIO BRUNO SÁ DE SOUZA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132416	CÍCERO THIAGO COELHO DE ARAÚJO	DAM 2	Auxiliar Técnico
153218	DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
152118	EDIKARLOS WILLIAM ALVES TEIXEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
133416	EDUARDO COELHO FACUNDES	DAM 2	Auxiliar Técnico
131416	ÉRICA JACKELINE MAIONE MOREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
143417	GABRIELA LEBER DE MACEDO	DAM 2	Auxiliar Técnico
139116	ILMA RIBEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140416	INGRID ALVES CORREIA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141016	ISABELLA ATTAB THAME	DAM 2	Auxiliar Técnico
137716	JAMILLA PÉGO OLIVEIRA SÁ	DAM 2	Auxiliar Técnico
154118	JECIANY MENDES SARAIVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140716	JORGAM DE OLIVEIRA SOARES	DAM 2	Auxiliar Técnico
156918	JOVENI DE MELO MORAIS	DAM 2	Auxiliar Técnico
155118	LAYLLA FERNANDA LOPES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
153118	LETICIA SOUSA MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
143317	LIDEVANIA ROSA NASCIMENTO DUARTE	DAM 2	Auxiliar Técnico
131816	LUCAS LIMA DE CASTRO FERREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141416	MARIA CLAUDIA BORGES MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
131916	MARILLYA CUNHA DE ALENCAR	DAM 2	Auxiliar Técnico
96009	MERCIA HELENA MARINHO DE MELO	DAM 2	Auxiliar Técnico
147217	NATALY QUEEN DE SOUSA MARINHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
156118	NICOLAS MENEZES ROCHA	DAM 2	Auxiliar Técnico
151618	PAULO VITOR NUNES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
149718	PEDRO VICTOR DE OLIVEIRA EVARISTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132116	RAFAEL MADUREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132216	REJANNE FONSECA CABRAL	DAM 2	Auxiliar Técnico
130816	RODRIGO VENDRAMINI GONÇALVES	DAM 2	Auxiliar Técnico
146417	SAMIA JOICE MURIBECA BARROCA	DAM 2	Auxiliar Técnico
146317	THAISE RIBEIRO DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140916	TAUJANNY CRISTYNA SILVA DUTRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132316	THAIS MARTINS DE OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
724	VANDA PEREIRA DO NASCIMENTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132516	VILLY GUIMARÃES COSTA BORGES	DAM 2	Auxiliar Técnico
142717	YVES MICHEL BECKMAN DE CARVALHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
FUNÇÕES DE CONFIANÇA			
MAT.	NOME	SÍMBOLO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA
100410	CESAR DE AMORIM RODRIGUES	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
116512	FLÁVIO LÚCIO HERCULANO	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
82407	LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
94909	MYCHELLA ELENA ANDRADE DE SOUZA	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
126014	JOHN KENED BRAGA	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
8641617	RAQUEL DA COSTA PIRES SARAIVA	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
119713	SUIJANA CHAGAS BARRETO	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1011/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY para atuar nas audiências da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1012/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Promotor de Justiça Substituto SAULO VINHAL DA COSTA para atuar nas audiências da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 19 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Remoção por Antiquidade do 1º Promotor de Justiça de Guaraí CRISTIAN MONTEIRO MELO, ao cargo de 4º Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins. (ATO Nº 114/2017), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 13 de dezembro de 2017, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

CRISTIAN MONTEIRO MELO
Promotor de Justiça

AUTOS CSMP Nº: 020/2018

ASSUNTO: Afastamento para participar do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção.

INTERESSADO: ROBERTO FREITAS GARCIA

DESPACHO Nº 606/2018 – Consoante deliberação unânime do Conselho Superior do Ministério Público, nas 196ª e 197ª Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 13/11/2018 e 11/12/2018, respectivamente, e nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça ROBERTO FREITAS GARCIA, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, no período de 24 de outubro de 2018 a 22 de novembro de 2019, para frequentar o curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado uma vez ao mês, de maneira presencial, em regra de quarta a sexta-feira, em Palmas – TO, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 19.30.1500.000515/2018-20

ASSUNTO: Baixa de materiais de almoxarifado inservíveis

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça

DESPACHO Nº 607/2018 – Na forma do art. 17, incisos IX e XII, alínea “i”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c art. 41 do Ato/PGJ nº 002/2014, conforme designação da Comissão Especial de Baixa Patrimonial dos itens do Almoxarifado através da Portaria nº 805/2018, de 09 de outubro de 2018 (fl. 03); considerando as justificativas apresentadas pela Comissão Especial para baixa e a listagens dos bens inservíveis constantes nas Planilhas às fls. 05/08; o Parecer Administrativo nº 321/2018 (fls. 10/16), da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, de 13 de dezembro de 2018; AUTORIZO a baixa patrimonial e contábil dos itens de Almoxarifado relacionados nas citadas Planilhas, cujo valor total é da ordem de R\$ 27.534,39 (vinte e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos), por terem sido considerados inservíveis para Órgão Ministerial pela Comissão de Baixa, e autorizo o descarte desses materiais à instituição/organização/entidade capaz de reciclá-los, dando-lhes correta destinação.

Encaminham-se os autos à Diretoria-Geral para providências, nos termos do ATO/PGJ Nº 002/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS CSMP Nº: 027/2018

ASSUNTO: Afastamento para participar do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção.

INTERESSADO: TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO

DESPACHO Nº 608/2018 – Consoante deliberação unânime do Conselho Superior do Ministério Público, nas 196ª e 197ª Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 13/11/2018 e 11/12/2018, respectivamente, e na 220ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 14/11/2018, e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, no período de 24 de outubro de 2018 a 22 de novembro de 2019, para frequentar o curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado uma vez ao mês, de maneira presencial, em regra de quarta a sexta-feira, em Palmas – TO, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA

PROTOCOLO: 07010257883201895

DESPACHO Nº 615/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 18 e 19 de dezembro de 2018, em compensação aos dias 14 e 15/10/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: Nubivaldo Pereira dos Santos

DESPACHO Nº 616/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando os deslocamentos efetuados pelo servidor NUBIVALDO PEREIRA DOS SANTOS, aos municípios de Itacajá, Itapiratins, Centenário, Recursolândia, Pedro Afonso, nos dias 08, 13, 20 e 22 de novembro de 2018, respectivamente, para realização de diligências em procedimentos extrajudiciais, conforme Memória de Cálculo nº 113/2018, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido servidor, relativo ao abastecimento de veículo, no valor de R\$ 511,57 (quinhentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), e despesa administrativa, no valor de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), totalizando R\$ 533,07 (quinhentos e trinta e três reais e sete centavos), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da unidade da Procuradoria-Geral de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS

DESPACHO Nº 617/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, da cidade de Palmas - TO para Brasília - DF, no período de 09 a 12 de dezembro de 2018, para participar do 3º Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público Brasileiro, conforme Memória de Cálculo nº 114/2018, e demais documentos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesas em favor do referido servidor, relativo à aquisição de bilhete de passagem rodoviária, no valor total de R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

920054 - DELIBERAÇÃO

Processo: 2017.0000713

Trata-se de Inquérito Civil Público instaurado com a finalidade de apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos, tendo como autora a servidora Rejane Mourão da Silva, fato caracterizado pela acumulação de cargo efetivo de Psicóloga no âmbito do Hospital Regional de Araguaína e Secretária Executiva no Município de Araguaína-TO.

Conforme comprovado através das respostas enviadas a este órgão (eventos 12-14), bem como, através dos próprios relatos da servidora Rejane Mourão (evento 26), prestados no âmbito desta Promotoria de Justiça, o acúmulo de cargos é incontestado, carecendo assim, de adequação aos parâmetros legais.

Diante disso, conforme cediço, é certo que a acumulação de cargo público é excepcionalizada pela Carta Magna, nos casos expressos estipulados no art.37, XVI, desde que haja compatibilização de carga horária.

No caso vertente, a investigada desempenha funções públicas de atribuições díspares, quais sejam, psicóloga e secretária executiva, não havendo assim, norma permissiva que respalde o acúmulo de funções.

Por outro lado, é certo que para a caracterização de ato de improbidade administrativa, não basta, por si só, a constatação das irregularidades, mas sim, que as mesmas sejam eivadas de má-fé.

Diante disso, antes que sejam tomadas as medidas sancionatórias, por meio de ajuizamento de ação civil pública, DELIBERO, pela prorrogação do prazo do Inquérito Civil Público por mais 01 (um) ano.

DETERMINO como diligências: que seja remetido ofício à Secretaria Municipal de Administração para que EXONERE a servidora Rejane Mourão da Silva, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilização, enviando comprovação documental para esta Promotoria de Justiça, no mesmo prazo.

Comunique-se ao CSMP/TO acerca da prorrogação do presente procedimento, conforme prevê o art.13 da resolução 005/2018 do CSMP/TO.

ARAGUAÍNA, 17 de Dezembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2764/2018

Processo: 2018.0000091

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições previstas no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 8º e seguintes da Resolução nº 005/2018, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outras, ações em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as informações contidas no Procedimento Preparatório 2018.0000091, contendo em seu bojo supostas irregularidades no portal da transparência do Município de Araguaína-TO;

CONSIDERANDO que as condutas noticiadas podem configurar ato de improbidade administrativa lesivo aos princípios reitores da Administração e ao erário, nos termos da Lei 8.429/92, sujeitando o infrator e demais partícipes às sanções previstas na legislação indicada, bem como à reparação de eventual dano ao erário;

CONSIDERANDO, por fim, a impossibilidade de seguimento das investigações em sede de Procedimento Preparatório, diante da impropriedade do procedimento e esgotamento do prazo para a conclusão;

RESOLVE:

Converter o Procedimento Preparatório 2018.0000091 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas, determinando, para tanto, as seguintes providências:

- 1) Registre-se e autue-se a presente portaria, instruindo-a com a documentação mencionada;
- 2) Designo o Analista Marcos Almeida Brandão para secretariar o feito;
- 3) Oficie-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins dando ciência da instauração do Inquérito Civil, com cópia da presente portaria, para os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e artigo 12, Inciso VI, da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO;
- 4) Afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede da Promotoria de Justiça, lavrando-se a respectiva certidão;
- 5) Reitere-se o envio de ofício ao Município de Araguaína-TO, requisitando a regularização das irregularidades.

Cumpra-se com urgência.

Data e hora do painel.

ARAGUAÍNA, 18 de Dezembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho no uso de suas atribuições, na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a Cooperativa dos Odontólogos do Tocantins (UNIODONTO) e aos eventuais interessados do INDEFERIMENTO da Notícia de Fato nº 2009/3898 autuada por representação formulada pela COOPERODONTO – Cooperativa dos Odontólogos do Tocantins (UNIODONTO), acerca do Pregão presencial nº 434/2008, cujo objeto era a contratação de empresa especializada no ramo de assistência à saúde, para prestar suporte operacional ao Plansaúde, tendo como vencedora a empresa Unimed. No caso em tela, verifica-se o decurso do tempo, em razão da perda do objeto contido na representação, posto que o suporte operacional ao Plansaúde não é mais realizado pela Unimed. Informa ainda que, caso queiram, poderão os interessados interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 17 de dezembro de 2018.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do declínio de atribuição deste Parquet Estadual em favor do Ministério Público Federal do Estado do Tocantins para atuar no Procedimento Preparatório nº 2018.0009309, instaurado a partir de denúncia anônima, noticiando, em síntese, que no Diário Oficial do Município de Palmas foram publicados três extratos de contratos distintos (nºs. 25, 26, 27, de 2018) com o mesmo fornecedor e para o mesmo serviço. Considerando que há indícios de malversação de verba pública federal, a atribuição para promover as investigações necessárias a elucidação dos fatos é do Ministério Público Federal.

Palmas, 17 de dezembro de 2018.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução nº 03/2008,

do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA a pessoa física DJEAN DA COSTA BARBOSA, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 2018.0006601, instaurado para apurar possível lesão aos direitos dos usuários do serviço público essencial de transporte coletivo do Município de Palmas/TO, em razão da ausência de efetividade nos canais de atendimento aos usuários por parte do SETURB, principalmente quanto à falta de respostas às reclamações registradas, bem como possível omissão no dever de fiscalizar por parte do Poder Público Municipal, ora representado pela Secretaria investigada. Informando ainda que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 17 de dezembro de 2018.

KÁTIA CHAVES GALLIETA
Promotora de Justiça

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

920057 - EDITAL

Processo: 2018.0010029

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Marcelo Lima Nunes, Titular da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1.º, da Resolução nº 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da notificação dos interessados através de publicação na Imprensa Oficial ou afixação no mural quando da não localização daqueles que devem ser cientificados das decisões proferidas em Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, NOTIFICO a Srª Kleonildes Gomes de Araújo Fuentes acerca do Arquivamento proferido nos Autos do Procedimento Administrativo nº 2018.0010029, instaurado para apurar a omissão do Poder Público em garantir TFD, para realização de exame de Colangiopancreatografia retrógrada endoscópica – CPRE, em Enock dos Santos e Aleluia, o qual se encontrava internado no HRG desde o dia 13/11/2018. Cumpre salientar que, caso queira, poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões, perante esta Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento deste (art. 13, da Resolução nº 174/2017 do CNMP).

ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Processo: 2018.0010029

Procedimento Administrativo – PAD/2537/2018 – Processo: 2018.0010029

Representantes: Enock dos Santos e Aleluia e Kleonildes Gomes de Araújo Fuentes

Representado: Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins –

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

SESAU

Assunto: Apurar a omissão do Poder Público em garantir TFD, para realização de exame de Colangiopancreatografia retrógrada endoscópica – CPRE, em Enock dos Santos e Aleluia, o qual se encontrava internado no HRG desde o dia 13/11/2018.

I – RELATÓRIO

O presente Procedimento Administrativo nº 2537/2018 – NF. 2018.0010029, foi instaurado, em 23 de Novembro de 2018, visando apurar a omissão do Poder Público em garantir TFD, para realização de exame de Colangiopancreatografia retrógrada endoscópica – CPRE, em Enock dos Santos e Aleluia, o qual se encontrava internado no HRG desde o dia 13/11/2018 (evento n. 01).

A Sra. Kleonildes Gomes de Araújo denunciou que seu avó, o também representante Enock dos Santos e Aleluia, idoso com 91 anos de idade, encontrava-se internado desde o dia 13 de novembro de 2018, sentindo fortes dores no pâncreas, sendo acolhido na sala vermelha, necessitando ser submetido ao procedimento de Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica, o qual só é realizado em Palmas-TO, em razão do aparelho existente no Hospital Regional de Gurupi se encontrar quebrado (evento n. 02).

Expediu-se à Diretoria Técnica do HRG o Ofício nº 808/2018 – 6ª PJG, requisitando comprovação da garantia do TFD para realização do exame de Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica – CPRE, no requerente, ou a contratação na rede privada de saúde às expensas do Estado do Tocantins (evento n. 03).

Expediu-se ao NATJUS o Ofício nº 809/2018 – 6ª PJG, requisitando informações acerca do caso, ao qual solicitou prorrogação do prazo para apresentação do relatório (eventos 03, 04 e 06).

Em resposta, através do Ofício nº 167/2018 – DIR/HRG, a Diretora Geral do Hospital Regional de Gurupi, informou que diante da evolução do quadro clínico do requerente, o mesmo não precisou mais do exame, sendo submetido à cirurgia de laparotomia exploratória, a qual foi realizada aos 23 de novembro de 2018 (evento n. 05).

O NATJus apresentou informações (Ev. 7).

É o relatório

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Procedimento Administrativo nº 2537/2018 – NF. 2018.0010029, foi instaurado visando apurar a omissão do Poder Público em garantir TFD, para realização de exame de Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica – CPRE, em Enock dos Santos e Aleluia, o qual se encontrava internado no HRG desde o dia 13/11/2018.

Nota-se, nos termos de declaração (evento n. 02), que o Sr. Enock Dos Santos e Aleluia foi internado pela segunda vez, aos 13 de novembro de 2018, sendo acolhido na sala vermelha, necessitando ser submetido ao procedimento Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica, entretanto, o exame não poderia ser realizado no presente município, devendo ocorrer o deslocamento do paciente até a cidade de Palmas-TO, em razão de o aparelho

existente no HRG encontrar-se quebrado.

Requisitada a comprovação, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) da garantia do tratamento fora do domicílio para a realização do exame acima mencionado, ou, não sendo possível, a contratação do exame na rede privada de saúde às expensas do Estado do Tocantins, o HRG informou, no Evento nº 05, que em razão do agravamento do quadro de saúde o requerente, não houve mais a necessidade de realizar o exame, posto que o mesmo foi submetido a procedimento cirúrgico de laparotomia exploratória, na data de 23 de novembro de 2018.

Após atuação desta Promotoria de Justiça, restou comprovada a desnecessidade de garantir-se o Tratamento Fora do Domicílio, ou mesmo custear a realização do exame na rede privada, posto que, em razão do procedimento cirúrgico, cessou-se a iminente necessidade de realizar o exame pleiteado.

Diante dos fatos já relatados, regularizada a situação que deu ensejo ao PAD, ao qual se resolveu sem a necessidade de realizar o exame, conclui-se que ocorreu a perda do objeto do presente Procedimento Administrativo, sendo forçoso, pois, o seu arquivamento.

Se da análise fático probatória o membro do Ministério Público entender não se encontrarem presentes elementos suficientes para o ajuizamento da Ação Civil Pública ou, mesmo por já ter sanado o problema, pode o referido membro promover o arquivamento dos autos, segundo o que dispõe o artigo 9º da Lei n. 7.347/85:

“Art. 9º. Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas fazendo-o fundamentadamente.” (grifo nosso).

Diante do relatado, esgotou-se a necessidade de atuação da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, de modo que não há justa causa para a propositura de Ação Civil Pública, sendo forçoso, pois, o seu arquivamento.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto e devidamente fundamentado, com fulcro no Art. 12, da Resolução nº 174/2017 do CNMP, promovo o ARQUIVAMENTO do PAD/nº 2537/2018 – NF. 2018.0010029.

Notifique-se os Representantes e o Representado sobre o presente arquivamento, informando-lhes que, caso queiram, poderão apresentar recurso administrativo contra esta Decisão, devidamente acompanhado das razões, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017 do CNMP.

Em seguida, comunique-se o Conselho Superior do Ministério Público acerca deste arquivamento, com cópia desta decisão.

Cumpra-se.

GURUPI, 17 de Dezembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico

MARCELO LIMA NUNES

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil